

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M F DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

Oportunidade e Risco *AVE*

Enquanto a Comissão de Sistematização se prepara para digerir o fermentado bolo das emendas e sugestões — que formam o anteprojeto do relator —, grupos, alas e tendências que exprimem a excessiva pluralidade política brasileira entendem-se e se desentendem todos os dias. É da natureza do processo político democrático a negociação. Mas é também exigência da moralidade pública que não se percam de vista os meios quando se procuram os fins. São inseparáveis.

O respeitável público não é apenas espectador de balões de ensaio que cruzam diariamente o céu da Constituinte. Balões que caem, mesmo os de ensaio, são portadores de perigo de incêndio. O deputado Carlos Santana não perde a condição de líder do Planalto quando negocia com os responsáveis do PDT e do PT na Constituinte as mais inverossímeis hipóteses. A esta altura dos trabalhos, qualquer entendimento se faz em torno de votos, na comissão e no plenário. O PDT tem três e o PT dois votos na Comissão de Sistematização.

A cruzada oficial em favor do presidencialismo é uma causa respeitável. O entendimento político para garantir o presidencialismo como sistema de governo na nova república é também digno de todo respeito. Qualquer partido que seja parte da Constituinte tem votos para negociar. A negociação, no entanto, impõe limites além dos quais alguém está fazendo um mau negócio. O líder do Planalto na Constituinte está fazendo um mau negócio, pelo menos para a democracia.

Senão, vejamos: dispõe-se o deputado Carlos Santana a trocar pelos três votos do PDT e os dois do PT o que há de mais sagrado para o aumento da representatividade dos eleitos — o sistema do distrito eleitoral — pelo apoio ao presidencialismo. O mau negócio está na circunstância de que o PDT é presidencialista de graça, e não precisava o deputado Carlos Santana ir tão longe em matéria de concessão. O PDT é pensamento e ação do brizolismo que, como se sabe, tem fixação presidencialista na forma caudilhista histórica.

É diferente o caso do PT, que vem de um estágio teórico para uma prática embaraçada em preconceitos ideológicos e iniciação fisiológica. Mas também tem manifestado preferência pelo sistema presidencialista de governo e, pelas migalhas de algumas franquias de poder, compareceria com os seus dois votos na sistematização, sem a necessidade de que o líder do governo sacrifique o voto distrital. Balão de ensaio? Se pegar, valerá a troca de princípio pelos votos. Mais uma vez chegamos perto da possibilidade democrática, mas corremos o risco de perder a oportunidade. E quando se poderá pensar em outra, para a implantação do voto distrital e de outras conquistas capazes de reforçar a prática da democracia?

É mais prático aproveitar a Constituinte, tendo em vista a falta de autoridade e de iniciativa dos eternos adversários da democracia e das idéias liberais, para se aperfeiçoarem os instrumentos de evolução política, social e econômica. O voto distrital é considerado a pedra de toque da representatividade que tem faltado à política brasileira. A intimidade política e a convivência entre o eleitor e o eleito são essenciais à existência de partidos que representem autenticamente a diversidade social. Sem serem constituídos democraticamente, os partidos não passam de organizações nominais para cumprir na aparência a norma legal. No sistema presidencialista de governo, é isto que conhecemos: são clubes de interesses fechados em mãos de oligarquias, para nomear e demitir no serviço público. No parlamentarismo e sem voto distrital, esses partidos seriam fatores de desmoralização do sistema e do próprio regime.

Será que a idéia presidencialista está assim tão desprestigiada que precise fazer concessões suicidas? Se é um raciocínio para inspirar receios, pode ter efeito contrário ao pretendido. Sabem os mais experientes que não há salvação democrática sem a introdução do voto distrital, mesmo no sistema de associá-lo ao voto proporcional como foi consagrado pela experiência alemã, e sem a adoção do princípio da maioria absoluta nas eleições majoritárias (presidente e governadores).

O regime constitucional de 46 teria sobrevivido às crises que o assediaram porque não se defendeu com a maioria absoluta como critério de garantia democrática, e pela inexistência do voto distrital, como autenticação representativa dos partidos e dos eleitos. A atual oportunidade é daquelas que tão cedo não se repetirão e que, portanto, não podem ser perdidas. O líder do governo na Constituinte não pode apostar todas as suas cartas num lance para intimidar os parlamentaristas com a ameaça de ceder as duas armas que representam a legítima defesa do regime.

É ilusório supor que o líder do PDT vá deixar de pedir mais um pouco de quem lhe oferece mais do que o necessário. Além do distrital, o PDT brizolista vai querer também a maioria absoluta que — como se sabe — funciona como uma guilhotina em relação ao pescoço de todos os candidatos minoritários, que tiram proveito eleitoral da existência de vários candidatos, e se valem da demagogia irresponsável. Sem o segundo turno eleitoral, o Brasil voltaria ao risco de ser governado por um eleito com insuficiência de votos e que precisaria, em consequência, se sobrepor ou se impor pela força à vontade da maioria.

Com esse tipo de negociação, é até possível que o líder do governo vença. Mas quem se habilita a levar a melhor é o outro.